

SÍNDROME DE ASPERGER: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO¹

Karen Juliana Ribeiro da Silva

Kassya Uchôa Bitencourt

Elói Martins Senhoras

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir a inclusão das crianças com Síndrome Asperger no ensino regular, considerando que a educação, sendo uma prática social, não pode restringir-se a ser puramente teórica, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que sua clientela está inserida. A orientação ao educando precisa estar voltada para estratégias que irão possibilitar cada um deles a assumirem efetivamente os valores humanos com consciência e responsabilidade para que seja agente de transformação na realidade em que está inserido. Assim o principal objetivo neste estudo é discutir a inclusão das crianças com Síndrome Asperger no ensino regular. E ainda levanta-se o seguinte questionamento: como lidar com a Síndrome de Asperger na escola? Quanto à metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho trata-se de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, A pesquisa contou com o aporte teórico de Carvalho (2014); Nadal (2013); APSA (2013) entre outros. Como resultados, este trabalho aponta que todos devem estar envolvidos na extensão de todo o contexto que rodeia a criança com Síndrome de Asperger.

Palavras-chave: 1Necessidades educacionais especiais. 2 Síndrome de Asperger. 3Estratégias de Intervenção.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Asperger é um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), resultante de uma desordem genética, e que apresenta muitas semelhanças com relação ao autismo. Entendida ainda como, uma perturbação neurocomportamental de base genética, pode ser definida como uma perturbação do desenvolvimento que se manifesta por alterações, sobretudo na interação social na comunicação e no comportamento. Embora seja uma disfunção com origem num funcionamento cerebral particular, não existe marcador biológico, pelo que o diagnóstico se baseia num conjunto de critérios comportamentais. Neste estudo levanta-se o seguinte questionamento: como lidar com a Síndrome de Asperger na escola?

O principal objetivo deste estudo é discutir a inclusão das crianças com Síndrome Asperger no ensino regular e em relação aos objetivos específicos

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção de grau de...

destacam-se: compreender o processo de interação dos alunos com Síndrome de Asperger aos demais, conhecer estratégias de intervenção que podem ser utilizados no ambiente escolar em que crianças com Síndrome de Asperger estão presentes.

O estudo acerca da Síndrome de Asperger se justifica pela importância do tema, tendo em vista, os inúmeros casos de pessoas que portam tal síndrome. A necessidade de lidar com crianças portadoras da SA, impulsiona este estudo que volta principalmente para conhecer os aspectos gerais da síndrome, bem como compreender de que forma pode-se lidar com a SA no ambiente escolar e ainda proporcionar ao aluno portador a possibilidade de desenvolvimento cognitivo, afetivo relacional.

A metodologia utilizada para desenvolver esse estudo acerca da Síndrome de Asperger; voltou-se para pesquisa bibliográfica tendo como fundamentação teórica, os estudos levantados por Nadal (2013) que aponta conceitos e definições acerca da síndrome, bem como os apontamentos da Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger e ainda estudos levantados pelo psiquiatra Pedro Silva Carvalho, que aponta conceito, sinais e sintomas, diagnóstico, tratamento.

A partir da experiência como professora, foi possível verificar a importância da atuação do docente em relação ao aluno com Síndrome de Asperger. A atuação do professor de alta relevância na contribuição do desenvolvimento intelectual do aluno, na expansão de suas habilidades até mesmo na socialização com os demais colegas de aula de aula. Ressalta-se que aspecto pedagógico do cuidado do aluno com a SA é relevante e assim todos os envolvidos no processo educacional deve estar munidos de técnicas e métodos eficazes para estimular a autonomia do aluno. Assim acredita-se importância de levantar discussões sobre a SA, partindo de seus conceitos, possíveis causas, principais consequências ao aluno com SA.

1. OS DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA

Mesmo com a criação da constituição de 1988 que assegurou a garantia contra qualquer discriminação, e outorga atendimento especializado ao aluno com Necessidade Educacional Especial (NEE) na rede regular de ensino, os desafios não acabaram, pelo contrario, a exigência na formação de gestores e professores, o trabalho de inclusão nas escolas, a interação dos alunos com NEE aos demais

passaram a ser muito maior; inclusive a participação da família como estabelece a Constituição de 1988 no artigo 205:

A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Vale ressaltar que os alunos com necessidades educacionais especiais precisam de atendimento feito em salas multifuncionais e ainda salas de recursos que proporciona um atendimento educacional especializado nos períodos contrários aos das aulas nas classes de ensino regular. Sendo que tal processo não é fácil nem simples, tendo em vista as condições da educação nas redes públicas de ensino.

É importante ainda estabelecer uma breve discussão acerca da educação inclusiva. A inclusão social e os direitos humanos são expressões de justiça social e fundamentam-se nos princípios de uma sociedade democrática, e na compreensão da diversidade humana é concebida como “[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas gerais, pessoas com necessidades especiais” (SASSAKI, 1997, p. 41 apud SOARES, 2009). Nessa concepção, cada ser humano se prepara para exercer seu papel na sociedade, sendo que a educação é fundamental para seu desenvolvimento, assim como para o exercício da cidadania e na inserção dos diferentes meios e culturas.

Segundo a Revista da Educação Especial (2005 apud SOARES, 2009), para consolidar os objetivos apresentados pela Comissão Internacional, volta-se e concentra-se em quatro fundamentos básicos da educação: Aprender a Conhecer; Aprender a Fazer; Aprender a Viver Juntos; Aprender a Ser.

Os quatro fundamentos básicos da educação são de extrema relevância para se construir um processo de educacional inclusiva de excelência em se aprende a conhecer as potencialidades e limitações do outro, aprende a fazer a construir junto do outro; e ainda a viver juntos estimulando a tolerância com as diferenças que são muitas e aquele que é diferente possa aprender a gosta de si mesmo sem sentir inferior ou incapaz.

Cabe ressaltar que todos possuem limitações e potencialidades. O ponto central de que forma o ensino pode ser organizado para garantir o maior nível de

integração dos alunos levando em conta limitações de cada uma. O importante é o respeito à diversidade apoiando-se no domínio dos inúmeros mecanismos metodológicos que proporcionem maior acessibilidade aos alunos.

1.1 ALUNOS COM NECESSIDADE EDUCACIONAIS ESPECIAIS – NEE

A educação se constitui como uma importante ferramenta para obtenção de mudanças comportamentais e o processo de mudanças deve alcançar professores, alunos e os pais. Atualmente luta-se com bastante intensidade e afincado por um processo educacional mais abrangente e bem mais igualitário, que dispense a todos os alunos a mesma possibilidade de adquirir conhecimento, independentemente de sua classe social ou da sua condição física ou mental.

O que se observa no contexto educacional é que os alunos com qualquer tipo de necessidade educacional especial (NEE) devem ter seus anseios atendidos de forma especial e não diferente, pois obviamente um aluno com determinada NEE precisa de condições adequadas sua inserção no processo educacional, no entanto, o acesso que esse aluno deverá ter aos conteúdos tem de ser o mesmo que as outras crianças possuem.

Observa-se que a educação, sendo uma prática social, não pode restringir-se a ser puramente teórica, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que sua clientela está inserida. A orientação ao educando precisa estar voltada para estratégias que irão possibilitar cada um deles a assumirem efetivamente os valores humanos com consciência e responsabilidade para que seja agente de transformação na realidade em que está inserido. A educação é o alicerce da grandeza do país, imaginar o sofrimento, a luta, o esforço e as dificuldades enfrentadas por famílias que tem em casa uma pessoa especial é pouco, sem falar do preconceito ainda por parte da sociedade.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular tem sido indiscutivelmente, a questão referente à educação especial mais abordada nos sistemas educacionais no país nos últimos anos. Esta temática, que durante muito tempo ficou restrita a discussão em eventos e em bibliografia especializada, torna-se hoje proposta de intervenção amparada pela legislação e determinante das políticas educacionais tanto em nível nacional, como estadual e municipal.

Conforme Silva e Galuch (2009) analisada da perspectiva da teoria histórico-cultural, as crianças que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, requerem contínuos momentos de interação em seu processo de desenvolvimento, uma vez que sua condição social não é equivalente à das pessoas que não apresentam deficiência.

Para Vygotsky apud Silva e Galuch (2009), ao se modificar a condição social, ampliando-se as possibilidades de interação da criança necessidade educacional especial com outros sujeitos, abrem-se possibilidades para que seja amenizado o fator biológico diferenciado; ou seja, abrem-se possibilidades para que um 'defeito' orgânico seja compensado pela aprendizagem adquirida no coletivo.

O trabalho e dedicação do professor é fundamental para uma boa atuação, tanto dos alunos com necessidades especiais como os demais, é o professor que deve criar a ponte de comunicação entre eles. De acordo com (KARAGIANNIS; STAINBACK; 1994 apud SILVA, 1995) "com a convivência com os colegas com NEE, os alunos sem NEE podem desenvolver a compreensão, o respeito e aprender a considerar como naturais às semelhanças e as diferenças entre os indivíduos". E para que isso aconteça à orientação tanto dos professores como dos demais profissionais da escola é essencial.

Observa-se, logo nos primeiros escritos de Vygotsky, uma forte preocupação com a educação de crianças com necessidades especiais, no sentido de oferecer-lhes o convívio social e a interação com outras crianças, reconhecendo o potencial dessas crianças para o desenvolvimento (SILVA e GALUCH, 2009).

Conforme Marchesi e Martin apud Silva (1995) os benefícios que a inclusão escolar proporciona são inúmeros, pois além de desenvolver atitudes de respeito e solidariedade, os alunos sem necessidades especiais também se beneficiam porque passam a receber metodologias de ensino diversificadas e individualistas e a dispor de mais recursos. Já para os alunos com necessidades educacionais especiais segundo os autores, os benefícios incluem a melhora no desenvolvimento, além de interações sociais mais ricas, já que esses alunos estarão convivendo com colegas da mesma idade em ambientes reais.

1.2 OS GESTORES E O TRABALHO DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS

A direção de uma escola tem um papel fundamental na condução da prática educacional em especial na perspectiva inclusiva, tendo por horizonte os princípios, objetivos e metas estabelecidos no projeto político-pedagógico. A ela cabe promover a mobilização dos professores e funcionários e a constituição do grupo enquanto uma equipe que trabalhe cooperativa e eficientemente (BRASIL, 2004).

Uma das principais barreiras está relacionada ao oferecimento de formação profissional voltada para os gestores escolares com especialidade específica de acordo com a necessidade educacional, em escolas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais. Com esta deficiência a maioria dos professores que hoje estão em salas de aula utilizam a realidade encontrada como base para desenvolver a socialização das crianças.

Cabe ainda destacar outro aspecto que deve ser ressaltado, a direção de uma escola precisa ser dinâmica, comprometida e motivadora para a participação de todos os atores sociais. Ela necessita saber delegar poder e estimular a autonomia, valorizando a atuação e a produção de cada um. Ela precisa ser uma figura presente, ponto de referência da personalidade e missão da escola. Precisa, também, ser respeitosa nas relações interpessoais, inclusive nas ocasiões em que tem que promover ajustes no percurso de cada agente (BRASIL, 2004).

Conforme o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial (2004) outro papel importante da direção é exercer liderança na comunidade. Trazer as famílias e demais setores da comunidade para dentro da escola promove, em todo o sentido da responsabilidade e do cuidado de um bem que é de todos, assim se tornará efetivamente inclusiva. Contar com a participação da família e da comunidade fortalece a segurança e faz com que a escola caminhe na direção de cumprir com sua missão e persiga nos seus diferentes objetivos.

Já em relação à Coordenação Pedagógica é de fundamental importância no percurso da escola pelos caminhos planejados. Seu trabalho não pode ser executado em gabinete, mas sim, na realidade do cotidiano das salas de aula. Ela precisa ser ativa e presente em todas as instâncias da escola. É ela que vai promover a unidade da equipe na busca do sucesso didático-pedagógico da escola, fazendo a

mediação entre as diversas áreas do conhecimento e entre os diferentes profissionais (BRASIL, 2004).

No trabalho por projetos, cabe à Coordenação Pedagógica coordenar a elaboração dos projetos e buscar, nas demais instituições da comunidade (órgãos públicos, privados e empresas), a possibilidade da realização de parcerias e convênios de cooperação. Para que a educação efetivamente cumpra com seu papel de reflexão crítica sobre a sociedade e de favorecimento do exercício da cidadania, a escola precisa parar para refletir, analisar e planejar. Precisa, também, desenvolver a prática da avaliação contínua e da promoção de ajustes de percurso, sempre tendo como horizonte o projeto político-pedagógico (BRASIL, 2004).

No livro Educação Especial, a autora Regiane Bazzatto Bergamo, afirma que o professor é o personagem principal para a educação inclusiva. Sendo ele fundamental nesse processo (BERGAMO, 2010):

Para que haja unidade entre a teoria e prática na educação especial: pesquisa e prática, os futuros pedagogos/ professores necessitam imergir no contexto escolar com olhar de pesquisador – um olhar crítico e reflexivo. Isso é fundamental para que se tornem educadores que indaguem, interpretem, aprofundem os seus conhecimentos, alterem e compartilhem seus fazeres educativos, tendo como objetivo a construção de uma escola de qualidade para todos (p. 12).

Ainda de acordo com Bergamo (2010) a escola inclusiva necessita de professores qualificados e capazes de planejar e tomar decisões, refletir sobre a sua prática e trabalhar em parceria para oferecer respostas adequadas em todos os sujeitos que convivem numa escola. Portanto voltamos a afirmar que a formação específica destes profissionais é fundamental para o bom desenvolvimento do trabalho.

Conforme a afirmação de Bergamo (2010), para o bom desenvolvimento nas escolas o professor/gestor deve estar sempre atento para poder perceber quais as necessidades de seus alunos, porém, obter formas teóricas para a melhoria deste trabalho também é muito importante, e hoje em dia os profissionais que se encontram dentro da sala de aula tem muita dificuldade de encontrar cursos, palestras e seminários sobre a educação especial.

Assim pode-se afirmar que o trabalho de inclusão será efetivo se de fato houve a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo educacional,

com alinhamento de saberes, práticas e conteúdos com propósito de incluir os mais variados tipos de alunos.

2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Destaca-se a relevância do Atendimento Educacional Especializado - AEE, um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos se de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. São atendidos, nas Salas de Recursos Multifuncionais, alunos público-alvo da educação inclusiva, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008. Alunos com 'deficiência': aqueles [...] que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil, como é o caso da Síndrome de Asperger (MEC/SEESP, 2008).

Já os alunos com altas habilidades/superdotação são aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (MEC/SEESP, 2008). Considerando sob este aspecto a Síndrome Asperger para fins desta discussão.

Na perspectiva da educação inclusiva, o processo de reorientação de escolas especiais e centros especializados requer a construção de uma proposta pedagógica que institua estes espaços, principalmente, serviços de apoio às escolas para a organização das salas e recursos multifuncionais e para a formação continuada dos professores do AEE.

Os conselhos de educação têm atuação primordial no credenciamento, autorização de funcionamento e organização destes centros de AEE, zelando para que atuem dentro do que a legislação, a Política e as Diretrizes orientam. No entanto, a preferência pela escola comum como o local do serviço de AEE, já definida no texto constitucional de 1988, foi reafirmada pela Política, e existem razões para que esse atendimento ocorra na escola comum.

O motivo principal de o AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola.

Já de acordo com o artigo 8, inciso I, da Resolução do Conselho Nacional de Educação, nº 2 “as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos”.

De acordo com Romeu Kazumi Sasaki, consultor de educação inclusiva, a Educação inclusiva é o conjunto de procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana.

3 SÍNDROME DE ASPERGER

3.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Cabe neste estudo compreender alguns conceitos e definições acerca da Síndrome de Asperger, com intuito de obter maior proximidade com o tema em discussão. Conforme Nadal (2013) a Síndrome de Asperger (SA) é um Transtorno

Global do Desenvolvimento (TGD), resultante de uma desordem genética, e que apresenta muitas semelhanças com relação ao autismo.

No entanto, diferentemente do que ocorre no autismo, crianças com Asperger não apresentam grandes atrasos no desenvolvimento da fala e nem sofrem com comprometimento cognitivo grave.

Os alunos costumam escolher temas de interesse, que podem ser únicos por longos períodos de tempo, quando gostam do tema 'dinossauros', por exemplo, falam repetidamente nesse assunto. Habilidades incomuns, como memorização de sequências matemáticas ou de mapas, são bastante presentes em pessoas com essa síndrome (NADAL, 2013).

As crianças podem apresentar inúmeros déficits quanto ao desenvolvimento motor e podem ter dificuldades para segurar o lápis para escrever. Estruturam seu pensamento de forma bastante concreta e não consegue interpretar metáforas e ironias, o que interfere no processo de comunicação. Além disso, não sabem como usar os movimentos corporais e os gestos na comunicação não-verbal e se apegam a rituais, tendo dificuldades para realizar atividades que fogem à rotina.

As recomendações são semelhantes às do autismo. Respeitar o tempo de aprendizagem do aluno e estimular a comunicação com os colegas. Conversar com o aluno de maneira clara e objetiva e apresente as atividades visualmente, para evitar ruídos na compreensão do que deve ser feito.

Também é aconselhável explorar os temas de interesse do aluno para abordar novos assuntos, ligados às expectativas de aprendizagem. Se ele tem uma coleção de carrinhos, por exemplo, utilize-a para introduzir o sistema de numeração. Ações que escapam à rotina devem ser comunicadas antecipadamente.

Carvalho (2009) afirma que em 1983, Wing enuncia as principais características do SA:

- falta de empatia;
- interação social unidireccional, ingénuo e inapropriada;
- pouca ou nenhuma capacidade de criar amizades;
- discurso repetitivo e pedante;
- parca comunicação não verbal;
- interesse intenso em determinados assuntos;
- movimentos pouco coordenados e posturas estranhas.

Como consequência destas dificuldades os alunos com Síndrome de Asperger acabam por se isolar e limitar os seus interesses a determinados temas

assuntos, atitude que prejudica ainda mais a sua relação com o outro. Calcula-se que em Portugal existam cerca de 40.000 de pessoas com Síndrome de Asperger afetando maioritariamente os rapazes (APSA, 2013).

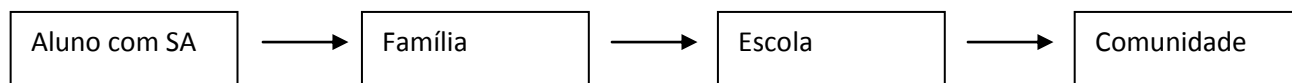
E ainda de acordo com a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger – APSA (2013) “o diagnóstico precoce é essencial para proporcionar aos portadores, os recursos necessários e a que têm direito que lhes permitam atingir o seu potencial, o qual muitas vezes é extraordinário, como pessoas verdadeiramente integradas na sociedade”.

Carvalho (2009) faz apontamentos acerca do diagnóstico, assim o diagnóstico da Síndrome de Asperger é eminentemente clínico, sendo fulcral uma avaliação por médico especializado e experiente na examinação de crianças com alterações de comportamento e/ou desenvolvimento, contemplando a colheita de história médica e psiquiátrica completas, exame físico e exame do estado mental, adquirindo particular relevância à história do desenvolvimento do doente.

Já em relação ao tratamento Carvalho (2009) afirma que o tratamento da síndrome de Asperger assenta essencialmente em processos psicoterapêuticos individualizados. Ele requer intervenção a diferentes níveis, envolvendo necessariamente apoio psicológico e educacional, que devem ser prestados em colaboração estreita pelos diferentes profissionais (médicos pediatras, pedopsiquiatras, psicólogos, professores regulares e especializados). Este apoio deve incidir nas dificuldades específicas da criança. No entanto, ele deve, de uma maneira geral, incluir as seguintes áreas: competências sociais, linguagem, interesses e rotinas, motricidade, competências cognitivas, sensibilidade sensorial, Farmacologicamente, a intervenção deverá ser considerada no tratamento de eventual co-morbilidade e/ou no alívio sintomático (nomeadamente, quadros de ansiedade ou psicopatologia depressiva). Cabe destacar o apoio educacional ao aluno com Síndrome de Asperger através de estratégias de intervenção. Assim passemos primeiramente compreender o papel dos gestores e o trabalho da inclusão nas escolas.

3.2 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO: CRIANÇAS COM SA

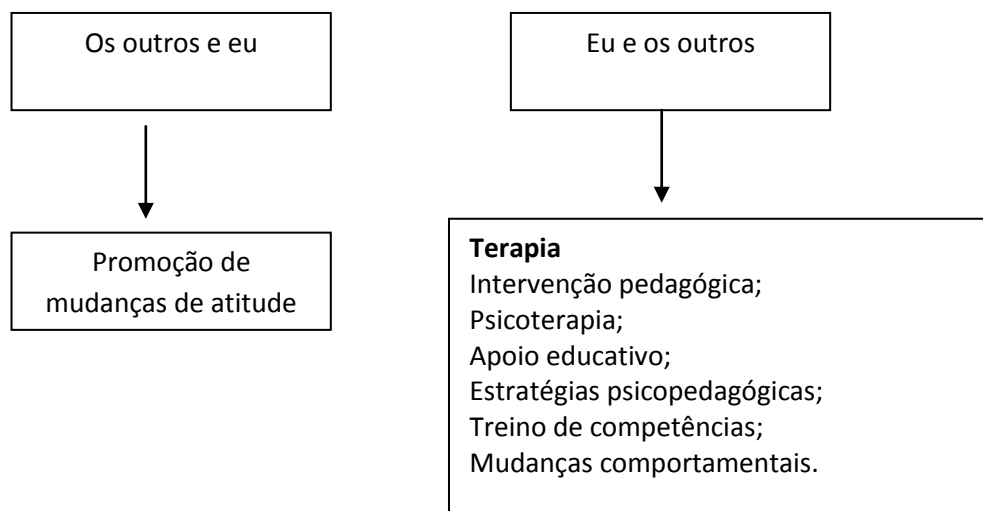
Com base nos estudos feitos por Morgado (2011) serão destacadas das estratégias de intervenção que poderão ser utilizadas no ambiente escolar e até mesmo familiar. Assim todos devem estar envolvidos na extensão de todo o contexto que rodeia a criança/jovem com Síndrome de Asperger.



Esquema - 1º passo de intervenção adaptado

Fonte: Morgado, 2011

Já o segundo passo inclui duas áreas de atuação, como serão destacadas abaixo:



Esquema - 2º passo de intervenção adaptado

Fonte: Morgado, 2011

Quanto aos pequenos aspectos que podem ajudar a lidar com alunos com a Síndrome de Asperger são citados por Morgado (2011, p.01):

- Organizar o ambiente de sala de forma adequada, evitando pequenas coisas que possam distrair e/ou perturbar a criança/jovem;
- Evitar mudanças drásticas;
- Providenciar um ambiente seguro e previsível;
- Oferecer rotinas diárias consistentes: a criança com SA deve compreender cada rotina diária e saber o que esperar, de forma a concentrar-se na tarefa que está a realizar;

- Prevenir situações de medo do desconhecido. Quando uma criança muda de escola deve visitá-la e conhecer o educador. Trabalhos ou atividades da antiga escola devem ser fornecidos nos primeiros tempos de adaptação à nova escola.

- Evitar que aborreçam a criança ou façam 'bullying';

- Promover o envolvimento com os outros;

- Não se pode assumir que as crianças com SA compreendem algo só porque repetem o que ouvem;

- Centrar-se na capacidade excepcional de memória destas crianças: a retenção concreta é normalmente a sua área forte;

Morgado (2011) destaca ainda aspectos que podem ajudar a lidar com alunos com a Síndrome de Asperger em níveis distintos como:

1) Em nível social

- Elogiar e valorizar os seus esforços, reconhecendo o desempenho;

- Proporcionar experiências de sucesso;

- Integrar os interesses no currículo escolar e nas aprendizagens;

- Utilizar os interesses como recompensa;

- Manter uma estreita ligação escola/família.

2) Em nível comunicacional

- Manter contato visual com a pessoa;

- Utilizar uma linguagem simples, clara e precisa;

- Compreender que a falta de tato que manifestam acontece devido ao seu déficit de socialização;

- Estruturar com progressiva complexidade as tarefas a executar;

- Garantir que a criança compreende o que se espera dela;

- Limitar a vivência dos interesses a determinado momento e espaço;

- Dar ordens simples, claras e precisas, verificando se são bem compreendidas e, caso não aconteça, repetir.

3) Em nível comportamental

- Prepará-los para todas as mudanças de ambiente e/ou rotinas, garantindo, assim, um conhecimento prévio acerca de uma situação nova;

- Antecipar a execução de uma tarefa;
- Ajudá-los a lidar com as mudanças.
- Não castigá-lo, mas sim propor comportamentos alternativos;
- Compreender o que lhes causa stress;
- Compreender que não conseguem interpretar as emoções dos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo foi possível verificar que a inclusão social é a necessidade fundamental para construir uma sociedade livre, justa e solidária e, a escola, a família, a sociedade e o Estado devem oferecer a todos indistintamente a educação inclusiva aos alunos com necessidades especiais, em especial a inclusão dos alunos com a Síndrome de Asperger.

Nota-se que grande parte das escolas, atualmente, estão longe de se tornar inclusiva, pois, apesar da lei estabelecer direitos de inclusão, nem sempre isso ocorre. Para responder o questionamento levantado neste estudo: como lidar com a Síndrome de Asperger na escola?

Assim é fundamental para inclusão, mas exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade.

Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devem-se utilizar novas tecnologias e Investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar.

Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do

processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Valorização maior das metas e não dos obstáculos encontrados pelo caminho, priorizando as questões pedagógicas e não apenas a questão biológica, com expectativa de que tudo será resolvido pela saúde.

Não há nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente, no entanto é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e por tanto é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SÍNDROME DE ASPEGER – APSA [2013] Disponível em: <http://www.apsa.org.pt/apsa.php> Acesso em: 12 de Jul. de 2018.

CARVALHO, Pedro Silva. **Síndrome de Asperger** [2009]. Disponível em: <http://www.alert-online.com/br/medical-guide/sindrome-de-asperger> Acesso em: 12 de Jul. de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____, Lei n°9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 12 de Jul. de 2018.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial: Pesquisa e Prática**. Saraiva, 2010.

MORGADO, Joana. **Intervenção – Estratégias para ajudar pais/educadores de crianças com Síndrome de Asperger** [2011]. Disponível

em:<http://sindromedasperger.blogspot.com.br/p/intervencao-estrategias.html>. Acesso em: 12 de Jul. de 2018.

NADAL, Paula. **O que é a Síndrome de Asperger?** [2013]. Disponível em:<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/educacao-especial/sindrome-asperger-625099.shtml> Acesso em: 12 de Jul. de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU [2008]. Disponível em: <http://new.paho.org.bra> Acesso em: 12 de Jul. de 2018.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Edição Especial: Inclusão**. São Paulo: Abril, n. 24, jul. 2009. p.10-14

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Jornal dos Professores* [entrevista cedida, 1997]. Disponível em:http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108:entrevista-com-romeu-kazumi-sasaki-realizada-pela-secretaria-de-educacao-especial-do-ministerio-da-educacao-e-do-desporto&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17 Acesso em: 12 de Jul. de 2018.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos** CURITIBA: IBPEX, 1995.

SOARES, Maria Rosana. **História e Tendência da Educação Inclusiva**. Disponível em:http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_19136/artigo_sobre_hist%C3%93ria_e_tend%C3%8Ancias_da_educa%C3%87%C3%83o_inclusiva Acesso em: 12 de Jul. de 2018.